



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO
DE VILA MARIA - RS.**



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E CIDADANIA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**Parecer conjunto das Comissões acima indicadas ao Projeto de Lei nº 027/2019 –
Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com a Caixa Econômica
Federal e dá outras providências.**

O Projeto de Lei nº 027, de 17 de maio de 2019, de iniciativa do Poder Executivo, tem por objeto autorizar o município a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, até o montante de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), no âmbito do programa FINISA, com a finalidade de financiar obras para manutenção e ampliação do cemitério municipal e capela mortuária. À proposição foi requerida tramitação em regime de urgência especial.

O texto do projeto foi encaminhado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores à Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Cidadania e à Comissão de Finanças e Orçamento, para emissão de parecer técnico nos termos do disposto no artigo 58 e 59, inc. IV, do Regimento Interno – Resolução nº 003/2018.

O art. 30 da Constituição Federal dispõe que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local. O art. 54 c/c art. 78 da Lei Orgânica Municipal atribui ao Poder Executivo a iniciativa exclusiva de projetos de leis que tratem de matéria orçamentária e que autorizem a abertura de crédito ou de contrair empréstimos. Já o art. 30, inc. XI, da mesma Lei Orgânica dispõe que compete à Câmara Municipal deliberar sobre empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento. Neste mesmo sentido, o art. 39, inc. IV, "b", do Regimento Interno, traz como atribuição do plenário autorizar, na forma da lei, operações de crédito. Dessa forma, o projeto de lei em questão atende aos requisitos de competência e iniciativa.

No que se refere ao aspecto legal, a possibilidade do Município contrair empréstimos vincula-se às disposições da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e às Resoluções nº 40 e 43, do Senado Federal, a quem compete, de acordo com o art. 52, incisos VII e VIII, da CF, dispor sobre operações de créditos dos entes públicos. Tais legislações são bastante rígidas no que se refere, principalmente, ao limite de endividamento dos municípios para contratação de empréstimos, sob pena de responsabilidade fiscal do gestor público, por improbidade administrativa. Assim, é possível aos Municípios contrair operações de créditos, desde que demonstrada a capacidade financeira de pagamento, ou seja, desde que haja o compromisso de adimplência da obrigação financeira assumida. No caso do Projeto de Lei 027/2019, a garantia dada é a quota do FPM a qual será retirada diretamente na fonte, o que é permitido pelo art. 40, da LRF. No que se refere aos requisitos e condições exigidos pelo art. 32, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, tem-se que o texto do projeto prevê as garantias, a inclusão nos orçamentos atual e futuros, e vincula os prazos de amortização e carência a que determina a Resolução 43, do Senado Federal. Salienta-se, contudo, que não há indicação do prazo de pagamento, o qual deverá ficar expresso no instrumento contratual a ser firmado pelas partes, bem como o período de eventual carência.

ACP 

**E-mail: camaravmaria@net11.com.br - Fone: 3359-1685 - CNPJ: 24.128.836/0001-34
End: Rua Getulio Vargas, N° 636 - Vila Maria - RS - CEP 99155-000**



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO
DE VILA MARIA - RS.**

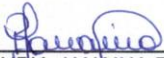


Quanto à técnica legislativa e a redação empregada, o projeto encontra-se adequado ao que determina a Lei Complementar nº 95, de 1998. Entretanto, o art. 3º e o art. 4º, estão em duplicidade, situação que deveria ser corrigida antes da aprovação do texto legal, embora não comprometa o conteúdo do projeto.

De todo modo, tem-se que o projeto está adequado às disposições legais, seja com relação ao conteúdo, seja com relação à técnica legislativa e a redação empregada. A questão relativa à capacidade de endividamento do município deverá ser rigorosamente observada pelo gestor, sob pena de responsabilidade fiscal, já que pelo constante no projeto não é possível, neste momento, se fazer tal análise.

Dessa forma, ante a ausência de irregularidade quanto ao aspecto legal e formal, o parecer das Comissões é FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei n.º 027/2019, bem como ao pedido de tramitação em regime de urgência especial.

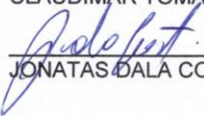
Vila Maria – RS, 20 de maio de 2019.


RUBIA JANAÍNA DOS SANTOS


PEDRO AUGUSTO STAIL


CLAUDIMAR TOMASI


ROBERTO COLET PIZZI


JONATAS DALA CORT

PARECER APROVADO

20 de MAIO de 2019